

Quando a mata é motivo de preocupação

Discussões em Urok avançam para os recursos florestais e décima Assembleia Geral contempla esta preocupação

A décima Assembleia Geral Urok (AGU) mostrou mais uma vez o empenho das comunidades locais, que compõem o Complexo das Ilhas Urok (Nago, Formosa e Chediã), na busca de alternativas para os problemas com os quais se deparam. Realizada no dia 02 de Abril do corrente ano, sob o lema "*No guarda no mato*" (Guardemos nossa floresta), as discussões foram feitas em volta das ameaças aos recursos florestais e da fauna ali existentes.

Essa preocupação das populações em relação a estes recursos não é recente, e foi prontamente manifestada aquando da Assembleia do ano transacto, quando inúmeras vozes se levantaram para pedir aos parceiros da Área Marinha Protegida Comunitária Urok (AMPC Urok), apoio técnico no sentido de instruir-lhes e ajudá-los na conservação dos referidos recursos, para que possam assim, estabelecer regras que contribuam na gestão das matas, da mesma forma que aconteceu em relação aos recursos marinhos e costeiros.

A AGU é o órgão supremo de gestão da AMPC Urok e reúne-se uma vez por ano a fim de debater os principais problemas que concernem as três ilhas. A cada ano ela congrega representantes dos órgãos de gestão da AMPC e seus principais parceiros nacionais e internacionais envolvidos neste processo de governação participativa, nomeadamente o IBAP, a ONG Tiniguena, a FISCAP, o PESCARTE, o CIPA, o GPC, a FIBA e o IMVF, num total de cerca de 150 pessoas.

Caminho a percorrer

A preparação começou cedo e, dois meses antes da data prevista para a realização da Assembleia, a equipa local de Urok deslocou-se a cada uma das 33 tabancas que formam o Complexo, de forma a viabilizar as reuniões dos Comitês de Gestão de Tabanca (CGT), que posteriormente deveriam apresentar os resultados destas reuniões nas Assembleias Insulares das três Ilhas - último estágio de concertação antes da reunião magna.

A nível de cada tabanca, foi possível identificar quais são os recursos considerados estratégicos, como é o caso dos palmares, das árvores de grande porte, da malagueta preta, dos macacos, etc; quais são as regras de gestão e as estruturas tradicionais que ajudam na conservação da fauna e flora, como é o caso das *mandjiduras* feitas pelos *balobeiros*; bem como recolher sugestões de regras a serem implementadas, de forma a minimizar os impactos resultantes da acção humana.

Com as particularidades inerentes a cada tabanca, durante as Assembleias Insulares os pontos divergentes puderam ser abordados e discutidos. O objectivo era chegar-se a um consenso e levar à AGU algo que representasse as preocupações e possíveis soluções a nível de cada ilha. E, em Assembleia Geral, buscar um denominador comum que possa ser futuramente apresentado e integrado ao Regulamento Interno que consta no Plano de Gestão das Ilhas Urok.

Em meio a este universo de 33 tabancas, apenas 4 tabancas (Acoco, Acuno, Pandja e Botai), 3 da Ilha de Formosa e 1 da Ilha de Chediã, disseram que seus recursos florestais não estão ameaçados e que eles, sem precisar recorrer a outras instancias, podem continuar protegendo-os. Com a particularidade da tabanca de

Botai, que a principio havia dito que seria necessária a implementação de algumas regras, mas acabaram por desistir da ideia, segundo eles porque o *irã* recomendou ser ainda prematuro a criação destas regras.

O certo é que este processo de concertação está ainda numa fase inicial e que muito deve ser feito até que se chegue a um consenso em termos de regras e sanções. O que vai ajudar, além da observação do olhar popular, a definir com precisão quais são os recursos que estão verdadeiramente em perigo e a qual nível este risco se encontra, são estudos científicos que já começaram a serem feitos através da parceria da AMPC estabelecida com o Centro de Investigação Pesca Aplicada (CIPA).